

**SOBRE O EU, O SUJEITO E O SUJEITO EXISTENCIAL: APONTAMENTOS
ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E HISTORICIDADE**

Marina Meneguetti Vaccaro
Lúcia Cecília da Silva

Partindo de estudos realizados na disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Psicologia e Psicanálise do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, o presente trabalho objetiva apresentar apontamentos preliminares que relacionam as noções de eu, de sujeito e de sujeito existencial. Acredita-se que tais apontamentos poderão contribuir para uma discussão acerca da constituição do sujeito na perspectiva do pensamento filosófico existencial.

Estudar a noção de sujeito não é uma tarefa fácil. Tomanik (2009) afirma que aqueles que se arriscam a este estudo penetram em um território inóspito, de pouco conforto e envolto por áreas sombrias. Abib (2009) em seu artigo intitulado “Quem Sou Eu?” também enfatiza a complexidade do tema, demonstrando que há mais de quatro séculos os filósofos e, posteriormente os sociólogos e psicólogos, buscam compreender o humano, quem ele é e como se constitui como tal. Mas por quais motivos estas dificuldades se dão? O que torna este território tão difícil de ser percorrido? Afinal, assim como Abib (2009), nos parece quase óbvio que uma pessoa possa se perguntar e também responder a pergunta: “quem sou eu?”

Contudo, logo de início nos deparamos com algumas questões que dificultam nosso caminhar e até mesmo nos fazem tropeçar. Tais questões dizem respeito ao significado da palavra sujeito. Ferreira (1986, p. 1627 como citado em Tomanik, 2009, p. 34) aponta 17 grupos de significados para a palavra, sendo que alguns deles indicam alguém que está submetido a alguma forma de poder e coerção e outros indicam alguém capaz de executar uma ação, de agir de forma independente. Já aí podemos notar a primeira contradição.

Além disso, Tomanik (2009, p. 36) destaca que “o sujeito humano não é um fato, um dado, mas uma concepção humana sobre o ser humano. Para sermos mais precisos, são várias concepções, frequentemente divergentes, sobre o que é o ser humano”.

Sendo uma concepção humana e não um fato, somos levados a pensar que as noções do que é ser humano, de sujeito, alteram histórica e socialmente. É neste momento que encontramos outra dificuldade em nossa caminhada, pois quando pensamos no humano, no sujeito, deve-se levar em consideração que ele não foi sempre o mesmo, mas que foi concebido de maneiras diversas em diferentes sociedades e momentos históricos.

Cambaúva e Silva (2009) no artigo “A História da Psicologia e a Psicologia na História” mostram-nos que nas sociedades pré-capitalistas, a constituição da subjetividade não se dava de forma plena, isso porque, segundo as autoras,

(...) tanto a concepção cosmocêntrica, própria da sociedade grega que coloca como referência para o homem a natureza – a *physis* – como a concepção teocêntrica da sociedade medieval que tem como referência a ordem divina não possibilitam ao homem uma apropriação plena de si. O homem desses momentos históricos está intimamente ligado a estas fontes de referência e predeterminado por sua posição social (p. 16)

Ademais, se pararmos para refletir sobre o homem na Idade Média, é preciso considerar que o mesmo não era visto de maneira diferente de outros animais, isto é, tanto os homens quanto os animais e os elementos da natureza eram vistos como criação divina e, portanto, dependentes da vontade de Deus (Tomanik, 2009).

Foi durante a transição do período medieval para o moderno, período em que o capitalismo começou a instaurar-se, que se deu início a um processo de transformação das concepções sobre o ser humano. A partir desse momento, o homem deixou de ser tratado da mesma maneira que os animais e a natureza e passou a ser considerado livre, capaz de se fazer por suas potencialidades individuais. Nasce, então, uma concepção de indivíduo autônomo que independe da ordem externa (seja ela da natureza ou divina) para tornar-se alguém; surge a experiência da subjetividade privatizada, tal como aponta Figueiredo e Santi (2000).

Tal concepção de homem é essencial para a origem da ciência moderna e, em especial, para a ciência psicológica. Segundo Figueiredo e Santi (2000) a experiência da subjetividade privatizada é uma das precondições socioculturais para o aparecimento da Psicologia como ciência no século XIX.

É importante mencionar que as transformações ocorridas nas noções de humano, de sujeito, foram frutos da própria transformação que homem foi fazendo nas condições concretas de sua existência, as quais não deixaram de influenciar a própria ciência psicológica. Nesta, tais noções também sofreram diversas modificações. A subjetividade ora era reconhecida, ora era rechaçada. O fato de a Psicologia considerar ou não a subjetividade reflete nas formas como ela define seu objeto de estudo – o indivíduo – que tradicionalmente apareceu na Psicologia ora determinado pelo “externo”, ora pelo “interno”, segundo Tomanik (2009). Nas palavras do autor:

O indivíduo aparece, na Psicologia, ora como determinado por processos externos; ora por processos internos, mas incontroláveis por ele próprio; ora por combinações entre os processos externos e internos. Em sentido contrário, aparece, algumas vezes, como capaz de elaborar percepções e de viver em um mundo constituído unicamente por suas elaborações ou no qual elas fossem os únicos elementos importantes (p. 47).

Constatamos, assim, que a ciência psicológica tem encontrado sérias dificuldades para refletir a complexidade do ser humano. De acordo com Tomanik (2009) a elaboração de conhecimentos que levem em consideração a riqueza e dinamicidade do objeto de estudo da Psicologia deve passar pela superação de reflexões e práticas que reduzem o sujeito a um ou outro dos muitos aspectos que o constitui, evitando desta maneira concebê-lo de maneira isolada e semelhante ao objeto das ciências naturais.

Acreditamos que uma das abordagens teóricas que pode contribuir neste sentido seja a existencial sartreana. Isto porque Sartre apresenta uma visão de homem histórico-dialética, ou seja, o filósofo “compreende o homem como sendo uma síntese aberta e inacabada entre objetividade e subjetividade” (Zanella *et al*, 2006, p. 22). Maheirie (2002 como citado em

Zanella *et al.*, 2006, p. 23) aponta que é “na relação dialética entre objetividade e subjetividade, [que] o homem se faz um sujeito específico”.

Mas o que significam tais afirmações? O que se quer dizer quando se fala que o sujeito deve ser compreendido em função da relação entre objetividade e subjetividade? Maheirie (2007) afirma que para se compreender o sujeito, ou seja, o aspecto subjetivo, devemos analisar as condições sociais, culturais, históricas e econômicas, isto é, as condições objetivas que participaram de sua constituição como tal.

Neste ponto, não se pode deixar de mencionar a máxima existencialista de que “a existência precede a essência”, tal como foi dito por Sartre (1987) em sua conferência intitulada “O Existencialismo é um Humanismo”. Com tal afirmação o filósofo buscou demonstrar que é no seu existir que o homem se torna sujeito. Ao contrário das coisas que possuem uma essência definida a priori, o homem primeiro existe e na medida em que existe é que constitui sua essência, que será dada a partir de suas relações com o mundo, com as pessoas, com o tempo e até mesmo com seu próprio corpo.

Contudo, é importante deixar claro que o sujeito não é somente um produto das condições objetivas, mas também é produtor de condições objetivas, na medida em que pode, subjetivamente, superar condições postas, produzindo outras. Nas palavras de Sartre (1987):

[...] os homens fazem a sua história sobre a base de condições reais anteriores (entre as quais devem-se contar os caracteres adquiridos, as deformações impostas pelo modo de trabalho e de vida, a alienação etc.), mas são eles que a fazem e não as condições anteriores: caso contrário eles seriam os simples veículos de forças inumanas que regeriam, através deles, o mundo social. Certamente, estas condições existem e são elas, apenas elas, que podem fornecer uma direção e uma realidade material as mudanças que se preparam; mas o movimento da práxis humana supera-as conservando-as. (p. 150)

Outro aspecto da teoria sartreana que julgamos importante para pensar o sujeito e que o diferencia de algumas abordagens clássicas em Psicologia e que contribui no esclarecimento do que foi assinalado acima, está relacionada com a noção de intencionalidade da consciência. A consciência intencional, não é uma consciência nos moldes de uma substância, uma

estrutura, mas que só aparece como tal enquanto visa algo, ou seja, consciência é consciência de um objeto. Esta noção, herdada de Husserl, leva ao entendimento de que não há uma “interioridade” (seja ela descrita como consciência ou sujeito) e nem uma “exterioridade” (objeto, mundo), mas um e outro só aparecem como entidades porque são recíprocos entre si.

Assim, outro ponto a ser destacado é que quando nos voltamos para o estudo do sujeito, vemos que, geralmente, “sujeito” e “eu” são tomados como sinônimos, isto é, não há diferença entre as noções de “eu” e “sujeito”. Sartre (1994) salienta que para a maior parte dos filósofos, e segundo nos parece, para a maior parte dos psicólogos, o “eu” é tido como um “habitante” da consciência.¹ Para o filósofo francês o Eu/Ego não é uma estrutura da consciência, mas algo que está no mundo. Isso porque, sendo a consciência intencional, um movimento “para fora” do sujeito, é incoerente que ela seja provida de conteúdos. De acordo com Bocca e Freitas (2011):

[...] não faz sentido para Sartre introduzir na consciência um Eu, sendo este para Sartre, um objeto transcendente, aparecendo, como qualquer outro objeto, ao nível da reflexão e não como unificador da consciência e do mundo, pois a consciência já se unifica com o objeto no próprio ato de transcender. (...) o Eu não está dentro da consciência, uma vez que é um objeto visado por ela (p.95).

Assim, concluímos que a uma noção de sujeito enriquecida pelo existencialismo de Sartre, tende a não ser reducionista, pois, para ele, o sujeito não é reduzido a um aspecto, não é compreendido a partir da objetividade *ou* subjetividade, mas sim a partir da objetividade *e* subjetividade; não é concebido de maneira isolada, visto que sua constituição como tal se dá mediante sua existência no mundo, juntamente com a presença dos outros e mais que isso, mediante os modos que escolhe (como visa) para manter-se existente no mundo, afirmando-se como sujeito existencial, escrevendo não só a sua história pessoal, mas também e antes de tudo a de toda a humanidade.

¹ Nesse aspecto, vale a pena tomar as apreciações de Husserl sobre o Eu e o Eu puro, mas sendo este trabalho somente alguns apontamentos, o mesmo não tem o fôlego necessário para tanto.

Referências

Abib, J. A. D. (2009). “Quem Sou Eu?”. In E.A. Tomanik, A.M.P Caniato & M.G.D.Facci (Orgs.). *A Constituição do Sujeito e a Historicidade*. (pp.13 – 32). Campinas, SP: Editora Alínea.

Bocca, M. C. & Freitas, S. M. P. (2011). O eu está no mundo! A psicoterapia existencialista como uma das vias para a consciência do eu. In Michaela, C. L. (Org.). *Tema para pensar e ensinar a Psicologia*. (pp. 93 – 118). Curitiba: Editora Universitária Champagnat.

Cambaúva, L. G. & Silva, L. C. (2009) A história da Psicologia e a Psicologia na história. In Facci, M. G. D., Tuleski, S. C. & Barroco, S. M. S. *Escola de Vigotski – contribuições para a Psicologia e a Educação*. (pp. 15-34). Maringá: Eduem.

Figueiredo, L. C. M., & Santi, P. L. R. de. (2000). Precondições Socioculturais para o Aparecimento da Psicologia como Ciência no Século XIX. In L.C.M. Figueiredo & P.L.R. Santi. *Psicologia: uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. (ed.2, pp. 18 – 52). São Paulo: EDUC.

Maheirie, K. (2007). Uma breve análise da constituição do sujeito pela ótica das teorias de Sartre e Vygotski. *Aletheia*, (25), 139-151.

Sartre, J.-P. (1987) O Existencialismo é um Humanismo. In *Os Pensadores*. (3. Ed.). São Paulo: Nova Cultural.

Sartre, J-P. (1987). Questão de Método. In *Os Pensadores*. (pp. 109-191). (B. Prado Jr., Trad.). (3ª Ed.). São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1960).

Tomanik, E.A. (2009). O Sujeito Humano e o Conhecimento: Constituição Psicossocial e Complexidade. In E.A. Tomanik, A.M.P Caniato & M.G.D.Facci (Orgs.). *A Constituição do Sujeito e a Historicidade*. (pp.33 – 61). Campinas, SP: Editora Alínea.

Zanella, A. V., Soares, D. H. P., Aguiar, F., Maheirie, K., Filho, K. P., Lago, M. C. S, Coutinho, M. C., Toneli, M. J. & Scotti, S. (2006). Diversidade e Diálogo: Reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. *Interações*, XIII(22), 11-38.